

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Quando me propus a este Mestrado já tinha em mente fazer uma investigação relacionada com a Paralisia Cerebral (PC) e a Educação Inclusiva. Uma vez que, sendo professora especializada de Educação Especial (EE), e a minha actividade de docente se desenvolve numa Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência (UAAM), com crianças com PC, considero necessário continuar a fazer formação neste campo para que possa desempenhar ainda melhor as minhas funções enquanto docente de EE, dando uma resposta adequada a cada um dos alunos considerados com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Decidi abordar o tema as percepções dos professores do primeiro ciclo do ensino básico do regular, sobre a inclusão de alunos com PC na sala de aula, porque ao conhecer a forma como os professores incluem os alunos com PC no grupo, que percepções têm, que metodologias e estratégias usam para trabalhar com alunos com PC, assim como, as suas atitudes e comportamentos que estes professores do ensino regular têm na sua actividade de docente, permite-me ter uma outra visão, não só sobre a forma como trabalham mas também, sobre a forma como se relacionam e experienciam no seu quotidiano. Este conhecimento poderá ser útil para me ajudar a criar e desenvolver um conjunto de materiais de apoio e estratégias diferenciadas, permitindo-me, assim, desenvolver um trabalho de melhor qualidade e mais adequado à especificidade do aluno com PC.

A enorme necessidade de melhorar a qualidade da educação para todos instalou-se a nível mundial e, ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a uma progressiva introdução de novas políticas favoráveis à implementação da inclusão. As inúmeras recomendações, normativos e declarações de referência culminaram na realização de cimeiras, congressos e conferências a nível nacional e internacional que colocam ênfase no direito à educação de todas as crianças e jovens (Sousa, 2007).

Segundo Monteiro (2000), falar da Escola é falar de uma organização social que tem uma dimensão própria e cujo papel principal é servir os cidadãos, complementando a função educativa da família. A escola pública permite ao Estado controlar a educação das gerações jovens. A importância social crescente que é dada à escola e à sua função, tem implicado também uma maior exigência e expectativas que a sociedade sobre ela formula, pretendendo-se que a Educação venha a tornar-se num dos pilares essenciais da formação das novas gerações (Souza, 2005).

Ao longo dos últimos anos, as sociedades tentaram reunir esforços no sentido de desenvolverem acções para a expansão da Educação, tendo como principal objectivo, o sucesso educativo de todas as crianças e jovens, dando cumprimento ao estabelecido na “Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos”. Esta declaração foi aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1996), realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, onde se pode ler que,

“toda a pessoa – criança, adolescente ou adulto – deve poder beneficiar duma formação concebida para responder às suas necessidades fundamentais. Estas necessidades dizem respeito quer aos instrumentos essenciais da aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, resolução de problemas), quer aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimentos, aptidões, valores e atitudes) de que o ser humano tem necessidade para sobreviver, desenvolver todas as faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade da existência, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender”. (p. 107).

Em Abril de 2000, realizou-se em Dakar, o Fórum Mundial da Educação, promovido pela UNESCO, em que foi avaliada a concretização das recomendações de Jomtien e foram avançadas novas propostas para serem executadas até ao ano de 2015. Neste Fórum, reafirmou-se uma vez mais, entre outros objectivos, o princípio na Educação para Todos, com a finalidade de promover o acesso de todas as crianças a uma educação básica, gratuita e com qualidade (Ainscow, 1998).

O facto de se encarar a instituição escolar como um potencial instrumento de justiça e igualdade social, proporcionando o acesso a todos os indivíduos sem olhar a etnias, raças ou credos, na base da igualdade de oportunidades, acarretou, no entanto, também um enorme aumento da diversidade e complexidade (Sousa, 2007). São muitos os alunos que não conseguem acompanhar as exigências e o ritmo da escola regular (Souza, 2005). E por isso, não vão satisfazendo as exigências do processo educativo orientado essencialmente para o aluno médio (Lima-Rodrigues, Ferreira, Trindade, Rodrigues, Colôa, Nogueira & Magalhães, 2007). Não basta ter acesso à escola, é preciso ter sucesso através do trabalho desenvolvido por esta (Lima-Rodrigues et al., 2007).

Destinado ao sucesso do aluno médio, o sistema educativo falha no atendimento às diferenças e características individuais dos seus alunos. A escola, com a pretensão de se

tornar um lugar de uniformização, adoptou currículos universais que privilegiam os saberes clássicos em detrimento de outros saberes mais pragmáticos (Monteiro, 2000).

No entanto, embora não se espere soluções imediatas para todos os problemas, compete à escola estabelecer programas que dêem resposta às necessidades educativas fundamentais dos alunos, garantindo uma educação apropriada para todos. E o compromisso de procurar atingir novas metas relativas à efectivação da educação para todos, foi assumido por todos os países envolvidos no Fórum Mundial da Educação, que perspectivou a expansão da escolarização e a transformação da escola, de modo a que se possa responder eficazmente a todas as crianças, incluindo as portadoras de deficiência (UNESCO, 2000, citado em Lima-Rodrigues et al., 2007).

Presentemente, em Portugal, a educação está a atravessar um período de fortes mudanças, a par de outras alterações mais ou menos profundas quer a nível social, como económico e político. Em virtude destas mudanças, é importante para educação assumir um papel preponderante ao nível da dinâmica social, para que ela própria não se torne num factor de exclusão social, devendo para isso adoptar uma política educativa mais abrangente, diversificada, reconduzindo para o sistema educativo todos os que dela andam afastados ou o abandonaram porque o ensino não se adaptava ao seu caso (UNESCO, 1996).

Um dos grandes objectivos do sistema educativo português é reestruturar a escola pública, no sentido, desta, ter a capacidade de não só receber, como, e principalmente conseguir que a generalidade dos alunos, independentemente das suas diferenças, consigam atingir o sucesso nas aprendizagens, ao longo de todo o seu percurso escolar, permitindo-lhes uma melhor compreensão de si mesmos e do mundo que os rodeia, ou seja, permitindo-lhes atingir as metas individuais e sociais de acordo com as suas capacidades e aspirações. Nesse sentido, têm sido introduzidas sucessivas alterações, sendo de destacar como mais importantes, as alterações feitas através do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, tendo sido a Educação Especial assumida como parte integrante da organização e gestão do currículo nacional, e por último, o Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro de 2008, que visa

“promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.”

Estas últimas orientações recomendam que se dê atenção às diferenças individuais e que se faça uso, no atendimento escolar, da flexibilização curricular e da gestão dos recursos e do currículo, de forma a proporcionar o desenvolvimento maximizado de todos os alunos e que a escola providencie mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio tanto dentro como fora da sala de aula quando a situação assim o justifique (Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro; Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro).

Estas orientações, de acordo com o Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro, enquadram-se na perspectiva da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que aconselha mudanças metodológicas e organizativas, devendo ser o atendimento, no caso particular das crianças com necessidades educativas especiais (NEE), como é o caso da Paralisia Cerebral (PC), prestado numa abordagem inclusiva (Ainscow, 1997).

A educação inclusiva consubstancia uma das temáticas mais prementes da actualidade educativa, dizendo respeito mais ou menos directamente, a todos aqueles que de algum modo estão ligados ao fenómeno da educação: alunos, professores, famílias, políticos e governo (Lima-Rodrigues et al., 2007). Tem como principal objectivo responder de forma eficaz às necessidades educativas de um número crescente de alunos com diversas características que representam um enorme desafio às escolas que os recebem (Lima-Rodrigues et al., 2007).

No entanto, actualmente, as escolas inclusivas enfrentam sérios problemas. Um destes problemas é a necessidade e a difícil tarefa de tentar conciliar o atendimento à diversidade dos alunos, sem que a qualidade do ensino diminua, assim como, a dificuldade em criar estruturas colaborativas e de apoio para a viabilização da prática inclusiva (Ainscow, M., Porter, G., Wang, M., 1997). A falta de uma visão comum entre todos os elementos que trabalham nas escolas é outro obstáculo com que a escola inclusiva se debate (Lima-Rodrigues et al., 2007).

Tornar as escolas mais aptas para responderem à diversidade das necessidades dos alunos levanta, assim, várias questões relacionadas não apenas com a organização dos serviços, mas, e principalmente com as práticas educativas e atitudes dos professores em relação aos alunos com NEE. O presente estudo visa conhecer as percepções de um conjunto de professores do primeiro ciclo do ensino básico do regular sobre a inclusão de alunos com PC na sala de aula, a leccionar em turma regular e com pelo menos um

aluno com PC no seu grupo / turma. Procurou-se ainda compreender essas percepções à luz das características profissionais dos docentes.

No segundo capítulo abordamos a etiologia da PC; definição e classificação da PC, bem como são descritas as características das crianças que apresentam estas dificuldades e problemas.

O terceiro capítulo é dedicado à Inclusão, com uma pequena resenha histórica da Educação Especial, desde a fase denominada de segregação, passando pela normalização/integração até à nova perspectiva educacional: a inclusão. O conceito de inclusão é operacionalizado, abordando-se posteriormente as implicações que a aplicação das novas orientações introduzidas pela inclusão tem ao nível do sistema educativo português.

No quarto capítulo apresentamos a metodologia que utilizamos nesta investigação (metodologia qualitativa). Descrevemos os participantes e o agrupamento alvo do nosso estudo. Descrevemos, ainda, os métodos e instrumento de recolha de dados, os métodos de análise dos dados e o tipo de procedimentos que tivemos durante o trabalho.

O quinto capítulo consiste na apresentação dos resultados relativamente às percepções dos professores do ensino básico acerca da inclusão educativa de alunos com PC, e na sua discussão.

Conclui-se o trabalho com o capítulo sexto, onde fazemos a apresentação da reflexão efectuada sobre as principais conclusões a que chegamos no desenvolvimento do presente estudo, as suas limitações e ainda algumas sugestões para futuros trabalhos de investigação na área da Educação Especial.